



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº N. 01 AO CONTRATO N. 03/2022/TRE-RO.

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 03/2022/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0001039-38.2021.6.22.8000](#)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 22/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 04/2022

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA HR SOLUCOES E
SERVICOS EIRELI, PARA PRESTAÇÃO
CONTINUADA DE SERVIÇOS DE
FILMAGEM, COM CAPTAÇÃO DE
IMAGENS E SONS, PRODUÇÃO, EDIÇÃO
E FINALIZAÇÃO DE VÍDEOS E
SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS
COM SUA RESPECTIVA GRAVAÇÃO E
TRANSMISSÃO AO VIVO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **HR SOLUCOES E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.494.365/0001-69, com sede na Rodovia Anel Viário, nº. 9301, Anel Viário, CEP: 76.914-899, em Ji-Paraná/RO, Telefone(s): (69) 3421-6646, (69) 98479-3963 e E-mail(s): administrativo@hrdigital.com.br e publicacao@hrdigital.com.br, neste ato representada por **DANIELLE CRISTINA DA SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 000914576-SSP/RO e do CPF 874.283.262-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante no Despacho n. 1114/2022 de 31/08/2022 (evento [0887073](#)),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto **registrar o acréscimo** contratual no percentual de 10,144% (dez inteiros e cento e quarenta e quatro milésimos por cento) sobre o valor estimado do Contrato n. 03/2022 (evento [0801402](#)), em razão do acréscimo de 5 (cinco) unidades do item 7 (Lote/Grupo 1 – ARP 04/2022), correspondente ao valor de **R\$ 29.166,6665** (vinte e nove mil cento e sessenta e seis reais e seicentos e sessenta e seis milésimos centavos), conforme descrito na Solicitação n. 41/2022/SECOMS (evento [0875914](#)).

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente termo aditivo é no valor estimado total de **R\$ R\$ 29.166,6665** (vinte e nove mil cento e sessenta e seis reais e seicentos e sessenta e seis milésimos centavos), em decorrência do acréscimo registrado na Cláusula Primeira deste instrumento, conforme abaixo:

TABELA 1 - QUADRO RESUMO ADITIVO							
Lote/Grupo 01							
Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Qtd. TRE/RO	Valor inicial (R\$)	Acréscimo	Valor atualizado (R\$)
01	Serviço de	Período de 2	1.500,00	20	30.000,00	-	30.000,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras (Capital)	horas					
02	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras (Capital).	Período de 4 horas	2.200,00	20	44.000,00	-	44.000,00
03	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera (Capital)	Período de 2 horas	1.366,6667	20	27.333,334	-	27.333,334
04	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta	Período de 4 horas	2.166,6667	20	43.333,334	-	43.333,334

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera (Capital)						
05	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - (Interior)	Período de 4 horas	3.000,00	08	24.000,00	-	24.000,00
06	Serviço de filmagem realizado com a utilização de drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição (4K) e sons (Capital)	Período de 2 horas	2.150,00	10	21.500,00	-	21.500,00
07	Serviço de transmissão	Período de 4 horas	5.833,3333	6	34.999,9998	R\$ 29.166,6665	64.166,6663

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	ao vivo, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando três câmeras (Capital)					(10,144%) + 5 unidades	
08	Serviço de produção, edição e finalização de vídeos institucionais (baixa e média complexidade)	Minuto	766,6667	50	38.333,335	-	38.333,335
09	Serviço de produção, edição e finalização de vídeos institucionais (alta complexidade)	Minuto	1.200,00	20	24.000,00	-	24.000,00
				Valor Inicial Contrato	R\$ 287.500,00 28	Valor do Contrato após Aditivo	R\$ 316.666,66 93

Fonte: Solicitação n. 41/2022/SECOMS (evento [0875914](#) do Processo SEI respectivo).

Subcláusula Primeira - As despesas com a execução do presente aditivo serão suportadas mediante Nota de Empenho 2022NE000193 (evento [0800774](#)) desta contratação, a ser reforçada, caso necessário.

Subcláusula Segunda - O valor total deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ 287.500,0028 (duzentos e oitenta e sete mil quinhentos reais e vinte e oito décimos de milésimo centavos)

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste termo aditivo, complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo, no valor de **R\$ 1.458,33** (um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 65, I, “b”, e seu § 1º, da Lei 8.666/93, e na Cláusula Décima, item 11, c/c Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Terceira, todos do Contrato nº 03/2022.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 2 de setembro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	DANIELLE CRISTINA DA SILVA Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

ANEXO I DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 03/2022/TRE-RO

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão já efetuados nesta contratação em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário)
Contrato n. 03/2022 (assinado em 15/03/2022) – Volume VII do PA (evento 0801402) Vigência de 18 (dezoito) meses, a contar de 15/03/2022 até 15/09/2023. Valor: R\$ 287.500,0028	R\$ 287.500,0028	-
1º Termo Aditivo (assinado em ____/09/2022) – Volume IX do PA (evento 0891076) I – Acréscimo de 10,144% (R\$ 29.166,6665). (Garantia de 5%: R\$ 1.458,33)	R\$ 29.166,6665	10,144%

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 287.500,0028
---	------------------



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE CRISTINA DA SILVA**, **Usuário Externo**, em 02/09/2022, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 05/09/2022, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 05/09/2022, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 05/09/2022, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0891076** e o código CRC **88C0D760**.

0001039-38.2021.6.22.8000

0891076v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001039-38.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOMS)

ASSUNTO: Acréscimo Contratual - Contratada: HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - contratação continuada de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissões ao vivo, além de transmissões de painel em led.

PARECER JURÍDICO Nº 140 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa HR



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, para a prestação de serviços continuados DE FILMAGEM, com captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo, pelo prazo inicial de 18 (dezoito) meses, a contar de 15/03/2022, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 03/2022 ([0801402](#)), o qual se encontra em plena vigência.

02. Na Solicitação n. 41/SECOMS ([0875914](#)), prestada à SAOFC ([0876499](#)), o assessor de comunicação esclareceu que o a quantidade do item 7 - Serviço de transmissão ao vivo, com captação de imagens em alta definição HDV/FulHD e sons, utilizando três câmeras (Capital) – não será suficiente para cobertura de todos os eventos deste tribunal previstos para este ano. Sendo necessário, o acréscimo de 5 unidades a quantidade já contratada, no valor total de 29.166,6665, correspondente à 10,44% do valor global do contrato em comento. Ainda, informou a despesa pretendida será custeada com a Nota de Empenho já emitida.

03. Por meio do Despacho n. 2000/2022 ([0877050](#)), o titular da SAOFC determinou o envio do processo à **SECONT**, para elaborar minuta de instrumento contratual considerando o teor do referido documento, e, após, AJSAOFC para análise da minuta e eventual aprovação, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

04. Por fim, veio ao processo a minuta do Termo Aditivo n. 1 ao Contrato Administrativo n. 03/2022/TRE-RO para o registro do incidente de execução relatado ([0877929](#)). Assim instruídos vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

05. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0001039-38.2021.6.22.8000) até a presente data.

06. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

07. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

08. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – DO ADITIVO PRETENDIDO - ACRÉSCIMO DO ITEM 7

09. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato, ora em análise, encontra previsão expressa no art. 65 da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)

b) quando **necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo** ou diminuição **quantitativa** de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica **obrigado** a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acrécimos** ou supressões que se fizerem nas obras, **serviços** ou compras, **até 25%** (vinte e cinco por cento) do **valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

10. Por sua vez, o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as detalhadas informações prestadas pela ASCOM, descritas evento 0875914, e reproduzidas, no que relevante, no relatório deste parecer, que consiste, em suma, na **necessidade comprovada de crescer 5 unidades do item 7 do lote único** para atender as demandas apresentadas neste ano, na forma detalhada pela unidade gestora.

11. Conforme demonstrado pelo gestor, o valor total do referido Aditivo foi dimensionado em R\$ 29.166,67 (vinte e nove mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) para o custeio do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acréscimo, representa **10,144%** do valor do Contrato Administrativo n. 03/2022, havendo comprovação de disponibilidade orçamentária para a cobertura da despesa, conforme registrado na Informação juntada pela ASCOM (0875914).

12. Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica do acréscimo pretendido**, com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 03/2022 ([0877929](#)), com fundamento no **art. 65, I, b e § 1º da Lei n. 8666/93** e na **Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda, do Contrato Administrativo n. 03/2022**.

IV – DA NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

13. O Contrato Administrativo n. 03/2022 ([0801402](#)) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA de 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato.

Subcláusula Primeira – A Contratada deverá apresentar a Garantia referida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

(...)

Subcláusula Terceira – A garantia deverá ter validade durante o período de vigência deste contrato, e deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste/repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

(...)

Subcláusula Nona - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

(...)

14. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário) (Grifou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)*

*Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.** (Grifou-se)*

15. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar complementação da garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do novo patamar financeiro do contrato, que será reforçada pelo valor de R\$ 1.458,33 (um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos) pelo acréscimo pleiteado, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste, já sistematizada na CLÁUSULA TERCEIRA da minuta constante do evento 0877929.

V – DA MINUTA CONTRATUAL

16. No tocante a minuta de a MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 1 ao Contrato Administrativo n. 03/2022 ([0877929](#)) juntada aos autos, este instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

17. De notar-se que, na cláusula terceira da minuta, consta o que a garantia deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término do período de execução contratual. Esta informação, contudo, não corresponde ao estabelecido na subcláusula terceira, da cláusula sexta do Contrato analisado, que fixa a validade da garantia ao mesmo período da vigência do contrato (18 meses), motivo pelo qual aquele prazo deverá ser alterado para registrar o correto, providência que não impede sua aprovação por esta Assessoria Jurídica, haja vista que pode ser executada pela SECONT previamente à assinatura do instrumento definitivo do termo aditivo.

VI – DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na Solicitação n. 41/2022 - SECOMS ([0875914](#)) da Assessoria de Comunicação, gestor do contrato, com registro do ato em termo aditivo, com **fundamento no art. 65, I, b e § 1º da Lei n. 8666/93** e na **subcláusula Segunda da Cláusula Décima Terceira**, do Contrato Administrativo n. 03/2022;

19. Por fim, para cumprimento do disposto no parágrafo único, do artigo 38, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos pelo evento [0877929](#), **desde que promovida a retificação registrada no tópico 17 deste parecer.**

20. Ressalte-se, por fim, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que não lhe compete legalmente pronunciar-se acerca de outras questões, como os valores decorrentes dos atos registrados e principalmente quanto aos valores constantes nas planilhas elaboradas.

À consideração da autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 23/08/2022, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 23/08/2022, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0882309** e o código CRC **EDB4258D**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001039-38.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Comunicação Social - SECOMS/ASCOM

ASSUNTO: Acréscimo Contratual – Contrato n. 03/2022 – Contratada: HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - Prestação de serviços continuados de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissões ao vivo, além de transmissões de painel em led.

DESPACHO Nº 1114 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, para a prestação de serviços continuados DE FILMAGEM, com captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo, pelo prazo inicial de 18 (dezoito) meses, a contar de 15/03/2022, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 03/2022 ([0801402](#)), o qual se encontra em plena vigência (0668171).

A Seção de Comunicação Social - SECOMS, por meio da Solicitação n. 41/2022 ([0875914](#)), esclareceu que a quantidade do item 7 - Serviço de transmissão ao vivo, com captação de imagens em alta definição HDV/FulHD e sons, utilizando três câmeras (Capital) – não será suficiente para cobertura de todos os eventos deste tribunal previstos para este ano. Assim, será necessário o acréscimo de 5 unidades da quantidade já contratada, no valor total de R\$ 29.166,6665 (vinte e nove mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), correspondente à 10,44% do valor global do contrato em comento. Informou, ainda, que a despesa pretendida será custeada com a Nota de Empenho já emitida.

Por sua vez, a SAOFC, por meio do Despacho n. 2000/2022-GABSAOFC ([0877050](#)), enviou o processo: à SECONT, para elaboração do instrumento contratual; e, após, à AJSAOFC, para análise da minuta em questão.

A SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo nº 1 ao Contrato nº 03/2022 ([0877929](#)) para registro dos acréscimos pretendidos e remeteu os autos para análise da Assessoria Jurídica da SAOFC ([0877931](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico nº 140/2022 ([0882309](#)), por meio do qual opinou pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na Solicitação n. 41/2022 - SECOMS ([0875914](#)) da Assessoria de Comunicação, gestora do contrato, com registro do ato em termo aditivo, com **fundamento no art. 65, I, b e § 1º da Lei n. 8666/93** e na **subcláusula Segunda da Cláusula Décima Terceira**, do Contrato Administrativo n. 03/2022. Aprovou, ainda, os termos da minuta do Termo Aditivo juntado aos autos (evento [0877929](#)), em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, **desde que promovida a retificação registrada no tópico 17 daquele parecer.**

O Secretário da SAOF também manifestou-se favoravelmente ao acréscimo solicitado ([0884190](#)).

Assim instruídos, vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, registra-se que há previsão na **Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda**, do Contrato n. 03/2022 ([0801402](#)), acerca da possibilidade de modificação unilateral para acréscimos e supressões do objeto nos limites estabelecidos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

Compulsando os autos, verifica-se que o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as detalhadas informações prestadas pela ASCOM, descritas no evento 0875914, que consiste, em suma, na **necessidade comprovada de acrescentar 5 (cinco) unidades do item 7 do lote único** (serviço de transmissão ao vivo, com captação de imagens em alta definição HDV/FulHD e sons, utilizando três câmeras, Capital) para atender as demandas apresentadas neste ano, na forma detalhada pela unidade gestora.

A ASCOM aduz que os pedidos de cobertura de eventos ordinários e relacionados às Eleições 2022 na modalidade híbrida, a serem transmitidos ao vivo pela CONTRATADA na forma do item 7, têm sido demandados àquela esta unidade pela possibilidade da Administração promover aos servidores e interessados o acompanhamento dos eventos mais relevantes da gestão, em tempo real e sem a necessidade de deslocamento até o local do evento, atribuindo mais transparência na forma de divulgação dos atos, compromissos e solenidades da gestão e economizando gastos com a vinda de servidores e magistrados do interior até Porto Velho, por fomentar mais uma forma aos magistrados,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autoridades, servidores e da sociedade em geral de assistir os acontecimentos organizados por este Regional.

Ademais, é necessária a obediência ao **limite máximo no percentual de 25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante disposto no §1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

Omissis

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, **no caso particular de reforma de edifício** ou de equipamento, **até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.** (Sem grifo no original)

Com efeito, o acréscimo no valor de R\$ 29.166,67 (vinte e nove mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), representa 10,144% (dez inteiros e cento e quarenta e quatro milésimos por cento) do valor do Contrato Administrativo n. 03/2022 ([0801402](#)), percentual esse que não ultrapassa o limite de 25% imposto pelo § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

Assim, verifica-se que não há óbice para efetivação da modificação unilateral instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 01 ao Contrato Administrativo n. 03/2022 ([0801402](#)). Frisa-se que o instituto jurídico ora analisado é regulado pela **Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda, do contrato originário.**

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento ([0877929](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos. No entanto, a SECONT, em atendimento ao registro de retificação indicado no **tópico 17 do parecer jurídico ([0882309](#))**, juntou nova minuta, conforme evento [0884045](#).

Com base nessas informações, bem como da previsão constante da Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda (acréscimos e supressões), do Contrato Administrativo n. 03/2022, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria TRE-RO n. 66/2018:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

1. AUTORIZO o acréscimo contratual no valor de R\$ 29.166,6665 (vinte e nove mil cento e sessenta e seis reais e seicentos e sessenta e seis milésimos centavos), que corresponde a **10,144%** (dez inteiros e cento e quarenta e quatro milésimos por cento) do valor do Contrato Administrativo nº 03/2022 ([0801402](#)), percentual esse que não ultrapassa o limite de 25% imposto pelo [§1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93](#), em face da necessidade de ajuste dos serviços contratados, conforme descrito na Solicitação n. 41/2022 ([0875914](#)), com base na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda, do referido contrato;

2. DETERMINO a atualização do valor do Contrato Administrativo nº 03/2022 ([0801402](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 316.666,6693**; e

3. DETERMINO a notificação da Contratada para complementação da garantia contratual, no valor de R\$ 1.458,33 (um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, nos termos de sua Cláusula Sexta e ainda previsão consoante [§ 2º do art. 56 da Lei 8.666/93](#).

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade do procedimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 31/08/2022, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0887073** e o código CRC **B33E196E**.